



OS JOVENS NA LADEIRA DO TRÁFICO: O DIREITO À EDUCAÇÃO EM MEIO A VIVÊNCIA NO TRÁFICO DE DROGAS

Autor: Lara Porfírio Gosuen
E-mail: larapg26@gmail.com
Orientador: Prof. Dra. Daiene Kelly Garcia

Instituição: FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA
Agência Financiadora: FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

Palavras-chave: Tráfico de drogas; Jovens; Favelas; Estatuto da criança e do adolescente (ECA); Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o enfoque de elucidar o caótico sistema educacional e restritivo brasileiro, mediante à análise social, educacional e jurídica relacionando a integração e os motivos dos jovens participarem de algumas funções no tráfico de drogas. O assunto abordado retrata por meio de um conjunto de fatores históricos, jurídicos e sociais, os direitos individuais e coletivos de todo ser humano, com ênfase nas crianças e adolescentes moradores das favelas que rotineiramente enfrentam as desigualdades e dificuldades que surgem como consequências do contato com o tráfico. Preliminarmente, fez-se necessário a limitação contextual, definindo, portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal como bases de direitos. Partindo daí o conceito de tráfico de drogas, os trâmites utilizados pelos chefes para selecionar os jovens, as funções mais comuns dadas a eles e o porquê, ou seja, a utilização das ramificações do código penal e do ECA como brecha para que caso fossem pegos, o resultado não passasse de atos infracionais ao invés de crime declarado. Visando informar os seguintes passos, buscou-se esclarecer que o linear de pesquisa até então, se dá por meio da perspectiva do princípio da isonomia, e a proteção integral dos direitos fundamentais, visto que a necessidade de melhoria nas medidas socioeducativas atuais do Brasil é inegável frente a quantidade de jovens que ainda integram no tráfico em busca de mudança econômica para si próprio e seus familiares.

METODOLOGIA

O presente trabalho é amparado por um levantamento de doutrinas jurídicas e obras no contexto sócio-político nacionais, cujo parte utilizou como fonte de pesquisa a própria experiência profunda de rotina inserida nas favelas. Assim como a Constituição Federal, o Código Penal brasileiro e o Estatuto da Criança e do Adolescente como rotas principais de segmento analítico. Além de fundamentos culturais enraizados nas comunidades, fontes de grande parte das tomadas de decisões jurisprudenciais.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Os principais resultados e discussões parciais obtidos até o momento são:

- As políticas públicas como forma de limitar o jus puniendi.
- O estudo em andamento sobre as ações locais de ajuda que muitas vezes passam despercebidas pelos moradores e o porquê.
- Como a vulnerabilidade econômica fomenta o ingresso dos jovens no mundo das drogas.

CONCLUSÃO

O argumento de escassez é indiscutivelmente o mais utilizado na explicação do porquê o menor de idade adentrou nesse mundo. Por meio das ações, projetos sociais, educacionais e políticos, estes seguem conseguindo orientação. A filosofia aplicada pelo ECA e pela CF mediante às medidas socioeducativas para os chamados jovens infratores vem se tornando mais assertivas. Ações são resultados de vivências individuais ou coletivas e esses acontecimentos anteriores tornam-se a peça chave para a resolução e então o encaminhamento do infrator para a medida mais adequada. O objetivo é que a correção seja iniciada antes de chegar ao Juiz, até mesmo para que o número de ingressos ao tráfico diminua.

Dessa forma o jurídico fica responsável por um encaminhamento mais humano e facilitado do jovem, já tendo um histórico de pesquisa feito pelos agentes que atuam nos projetos sociais, e assim, a vivência dele já estará parcialmente descrita, possibilitando um tratamento com cautela e respeito às dificuldades enfrentadas pelo mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VALOIS, Luis Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. Ed. D'Plácido, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de porco**. Ed. Objetiva, 2005.

O TRÁFICO DE DROGAS COMO MEIO DE INCLUSÃO PARA JOVENS EXCLUÍDOS E SUBINTEGRADOS EM UMA SEMÂNTICA SOCIAL DE CONSUMO. Disponível em: <https://www.uni7.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/UNI7-Monografia-Ingrid-Nayara-Nogueira-Bastos-dos-Santos.pdf>. Acesso em: 09/03/2022.